



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenação-Geral de Recursos Humanos - COGRH

ANEXO I

TERMO DE OPÇÃO

Em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e **considerando estar regularmente aposentado no cargo de** _____, da estrutura do órgão _____, **manifesto opção por perceber a remuneração pelo cargo de** _____, que estou exercendo (ou que irei exercer) no Ministério da Fazenda, renunciando, desde já aos proventos a que faço jus em decorrência de minha aposentadoria.

Estou ciente que somente após comprovar a minha exoneração (ou desligamento) do cargo (ou emprego) que estou exercendo, junto ao órgão de recursos humanos ao qual está vinculada a minha aposentadoria é que terei restabelecido o direito à percepção dos proventos correspondentes.

Local e Data

Assinatura do Nomeado

IDENTIFICAÇÃO DO NOMEADO INATIVO – Preencher todos os itens

Citar o nº da Portaria de Nomeação Atual

Nome

CPF

“Omitir, em documento público ou particular, declaração de que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
PENA – Reclusão de um a cinco anos.” (Art. 299, do Código Penal Brasileiro).



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, declaro para fins de investidura no cargo _____, **que não exerço qualquer cargo ou emprego público efetivo** na Administração Pública Federal Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, **nem percebo proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável com o cargo**, que tomarei posse. Comprometo-me a comunicar ao Ministério da Fazenda, qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Local e Data

Assinatura do Nomeado

IDENTIFICAÇÃO DO NOMEADO – Preencher todos os itens

Citar o nº da Portaria de Nomeação Atual

Nome

CPF

“Omitir, em documento público ou particular, declaração de que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
PENAL – Reclusão de um a cinco anos.” (Art. 299, do Código Penal Brasileiro).



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que exerço o cargo de _____ (ou percebo aposentadoria relativa ao cargo de _____), pertencente à estrutura do órgão _____.

Declaro, ainda que estou sujeito à carga horária de _____ semanais, que cumpro diariamente, no horário de _____ às _____ horas, conforme certidão expedida por _____.

Local e Data

Assinatura do Nomeado

IDENTIFICAÇÃO DO NOMEADO – Preencher todos os itens

Citar o nº da Portaria de Nomeação Atual

Nome

CPF

A CARGO DO ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS

Atesto que a acumulação de cargos, declarada pelo nomeado encontra respaldo legal na alínea do inciso do XVI, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Local e Data

Assinatura/Carimbo

“Omitir, em documento público ou particular, declaração de que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
PENA – Reclusão de um a cinco anos.” (Art. 299, do Código Penal Brasileiro).